

IMAGENS DO OUTRO E DO EU EM *UM BICHO DA TERRA*, DE AGUSTINA BESSA-LUÍS*

Images of the other and me in Um bicho da terra, by Agustina Bessa-Luís

Patrícia da Silva Cardoso**

Se existe um elemento que confere unidade à obra de Agustina Bessa-Luís, esse elemento é a lacuna. Afirmá-lo é incorrer num paradoxo? Não para aquele que tem alguma experiência na leitura tanto da ficção quanto da produção de fundo biográfico da autora. Pode-se mesmo dizer que se deve a tais lacunas a particular engenhosidade com que o factual e o ficcional mesclam-se em muitos de seus textos: diante da provisória fidedignidade que costuma rondar as fontes históricas, Agustina é capaz de tecer seu texto como uma teia de hipóteses que, frágil como aparentam ser as teias, mantém-se una para envolver-nos irremediavelmente.

Por dois anos consecutivos foi assim. Primeiro a teia teceu-se com a matéria da história de Pedro I e Inês de Castro, lançada em 1983 com o título de *Adivinhas de Pedro e Inês*. Em 1984 foi a vez de Uriel da Costa servir de substrato para o enredo de *Um bicho da terra*. Os dois temas foram recolhidos na história de Portugal e têm a uni-los, além da origem geográfica, a precária confiabilidade documental acerca das motivações que fizeram agir os protagonistas das duas

* Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no IX Congresso Internacional da ABRALIC, ocorrido em Porto Alegre em julho de 2004.

** Universidade Federal do Paraná

histórias. Se no caso de Pedro e Inês a tal fidedignidade provisória já vai estampada no título da obra – *Adivinhas de Pedro e Inês* –, antecipando-se assim a justificativa para a tessitura da teia de hipóteses, em *Um bicho da terra* o leitor passa por duas breves introduções ao tema para só então deparar-se com a evidência de que aquilo que o espera é novamente fruto do campo minado da provisoriedade. Assim se abre o primeiro capítulo: “O Porto, no século XVII, eu não sei como era”.¹

A afirmação categórica, seca, apresenta os termos do contrato que está prestes a ser firmado entre o leitor e o responsável pela organização da narrativa. É pegar ou largar. O leitor titubeia, pondera – afinal, como havia lido na página de rosto, o que tem diante de si é um romance, um romance, justamente, aquele tipo de narrativa que pode prescindir dos vínculos com o verídico, com o documental que tanto trabalho dá aos historiadores. Por isso pergunta-se: por que ao invés de me apresentar uma imagem qualquer do Porto do século XVII esse narrador faz questão de estampar sua ignorância? Por que se recusa a fornecer-me uma descrição fictícia da cidade?

Com essa declaração o narrador mantém seu leitor consciente sobre a distância que separa a narrativa que se inicia de uma narrativa de caráter historiográfico. O resultado disso é que a imagem de Uriel da Costa que eventualmente venha a se delinear ao longo do texto será necessariamente marcada pela provisoriedade, a mesma que acompanha as fontes documentais sobre o personagem, mas guardará em relação a elas uma diferença, uma vez que em *Um bicho da terra* a marca da provisoriedade deixa de ser um entrave para tornar-se uma vantagem, na medida em que amplia a complexidade do personagem. Some-se a isso uma outra diferença: se para a historiografia a indefinição em torno dos motivos para a partida de Uriel de Portugal fica nos limites da conjectura, o texto agustiniano faz da conjectura uma realidade através da narração.

Uma vez iniciada a tessitura da teia, o que enreda o leitor é a sobreposição dessas pequenas narrativas em torno de um mesmo episódio da vida do protagonista. Uma após outra vão se encarregando de afastar qualquer sombra de veracidade, o que equivale a dizer que não haverá sossego para o leitor, jogado de uma hipótese para outra, sem qualquer perspectiva de encontrar a palavra tranquilizadora do narrador sobre o que *realmente* teria acontecido com Uriel. Entretanto, no espaço das páginas que lhes cabe, essas pequenas narrativas têm a força de uma realidade, levando o leitor ao encontro de um homem que viveu naquela cidade do Porto que o narrador faz questão de dizer que não

1 BESSA-LUÍS, Agustina. *Um bicho da terra*. Lisboa: Guimarães Editores, 1984. p. 13.

conhece. São as lacunas agindo como instrumento de aproximação entre leitor e narrativa. Uma aproximação que não se dá pela via mais fácil, que corresponde ao estabelecimento de um processo de reconhecimento, por parte desse mesmo leitor, em primeiro lugar de um modelo narrativo – da biografia simplesmente ou da biografia romanceada – e, em seguida, de um tipo de descrição do protagonista que permita enquadrá-lo em um perfil bem delineado. Não, não é com a tranquilidade do leitor que se preocupa o narrador. Por isso, na sequência da afirmação com que inicia o capítulo I dirá, como para se explicar: “Uma decepção mais para acrescentar às muitas que faço padecer aos meus leitores. Mas uma cidade é sempre um edifício da vontade do homem”.²

A recusa inicial do narrador é, por fim, um ingrediente necessário para criar no leitor essa vontade de participar da construção não apenas da cidade mas das vidas que a animaram. O que é a vontade senão aquilo que projeta o homem para fora de si mesmo, ligando-o ao mundo e aos outros homens? A imagem da vontade como responsável pela união de sujeito e objeto tem um nome: identidade. Uma identidade que nada tem a ver com eventuais esquematismos, que nasce da convivência com o protagonista de um drama que a princípio nos é estranho, mas torna-se nosso à custa do esforço, da vontade de compreender a vida alheia, a ponto de fazer da história do outro a nossa própria história.

Para abordar o tempo de Uriel, bastava mergulhar nos arquivos e ler muitos livros; para conhecer toda uma genealogia e o seu comportamento dinástico e social, era satisfatório orientar-me nas pesquisas anteriormente feitas por especialistas recomendáveis e certos. Mas para me interessar no espírito da obra, tudo isso seria insuficiente. Só a experiência pessoal nos conduz nesse acto cego mas poderoso que é a arte, tomada como responsabilidade universal. Portanto, tive que merecer Uriel da Costa antes de encarar a última realidade que é produzir a obra munida de significado.³

Antes de buscarmos, na qualidade de leitores, o significado da obra, é preciso andar atrás do significado desse *merecer Uriel* a que se refere a autora na nota de apresentação do romance. O merecimento é resultado da convivência

2 Id.

3 Ibid., p. 7.

com o personagem, há pouco referida. Tão intensa ela deve ser que não bastará conhecer Uriel, será preciso tornar-se Uriel.

Se, como disse no princípio deste texto, o processo aqui descrito é característico da produção narrativa de Agustina, o que permite a singularização de *Um bicho da terra* nesse contexto de entrelaçamento do ficcional com o factual é justamente o personagem a partir do qual organiza-se a narrativa. Sim, porque a eventual nebulosidade que envolve a figura de Uriel não se deve exclusivamente a um problema de fontes documentais. É sua origem o primeiro obstáculo para que o leitor venha a merecê-lo, no sentido agustiniano do termo.

Uriel da Costa foi um judeu. Que grande peso tem essa informação! Como tornarmo-nos Uriel se para sê-lo dependemos da compreensão íntima de uma experiência cultural que séculos de preconceito contribuíram para manter isolada? Merecer Uriel significa, em primeiro lugar, enfrentar a estereotipia, o filtro que dificulta o acesso dos não-judeus ao mundo do judaísmo.

O estereótipo acerca do judeu apresenta essa parcela da humanidade sob o signo da sagacidade. A ela é atribuída a capacidade de sobreviver, com grande destreza e muitos benefícios, nas situações mais adversas. Marginalizado em bloco pelo ocidente, ao judeu assim estereotipado resta o caminho da afirmação de sua identidade, coletiva e individualmente falando, pela reversão do sentido da marginalidade a ele imposta. Um bom exemplo é o que diz Moacir Scliar em um livro de caráter introdutório sobre o judaísmo: “[o judaísmo] é uma surpreendente manifestação do espírito humano, produto de um grupo que não é melhor nem pior do que outros grupos, mas que é diferente, e que fez da diferença um instrumento de sobrevivência”.⁴

Para Scliar trata-se de assumir a diferença como uma qualidade positiva, necessária mesmo à sobrevivência, vista sempre como “ousadia” incômoda pelos partidários do anti-semitismo nas suas mais variadas versões. A princípio, então, poderíamos dizer que para merecer Uriel deveríamos partir da idéia da diferença. Cedo perceberíamos ser esse um ponto de partida bastante difícil. Sim, porque, como se viu, a diferença é uma característica bipolar: funciona com sinal positivo para as comunidades judaicas mas tem uso francamente negativo para os que defendem a marginalização dessas comunidades.

Se o conceito de diferença revela-se de difícil manejo, a dificuldade agrava-se quando se tenta aplicá-lo no contexto específico em que viveu Uriel. A superficialidade da estereotipia se explicita quando se acrescenta o termo *português* à definição de Uriel como judeu. Antes de ser Uriel, o protagonista de nossa história foi Gabriel. Nomes. Só nomes? Não. A substituição do nome de batismo cristão por

4 SCLiar, Moacir. *Judaísmo*. Dispersão e unidade. São Paulo: Ática, 1994. p. 12.

um nome judaico quando da conversão de Uriel para o judaísmo serve de emblema a um cenário que não pode ser apreendido pela ótica regida pela bipolaridade. De fato, a substituição de um nome por outro sugere uma solução que na prática nunca ocorreu. Gabriel não morreu com o nascimento de Uriel. Tornar-se Uriel não apagou as marcas daquele que foi Gabriel. Evidencia-se desse modo a imbricadura do problema de identidade que se vem anunciando desde o princípio deste texto. Aquela nebulosidade em torno da trajetória individual do protagonista apenas aumenta quando se leva em conta o ambiente em que transcorreu sua história.

As fontes historiográfico-filosóficas com as quais lida Agustina – estudiosos como Mayer Kayserling, Artur de Magalhães Basto, Israel Salvator Revah – fornecem-nos uma imagem de Gabriel-Uriel que a um só tempo o singulariza como indivíduo e o torna apenas mais um exemplo do resultado do marranismo, fenômeno específico da história dos judeus da Península Ibérica. Novamente estamos diante do problema da identidade. Marranos foram chamados os judeus que se converteram ao cristianismo. Trata-se de um volume expressivo de pessoas que, passado um certo tempo da conversão, mesmo conservando sigilosamente o credo original, acabaram por adotar práticas da segunda religião. Criou-se, assim, uma realidade não só religiosa, mas fundamentalmente cultural que sobrepunha, em uma mistura indissolúvel, dois modelos de vida visceralmente antagônicos.

A reconversão dos marranos ao judaísmo, depois de sua fuga dos países ibéricos – determinada pela intensificação das perseguições aos judeus – representou uma grande prova para a definição dos limites identitários. O contato com o cristianismo fez dos até então cristãos-novos judeus-novos, sempre estranhos, sempre diferentes. A ordem para esse grupo era adaptar-se a qualquer preço, como se sua primeira conversão não houvesse deixado marcas, ou fosse uma experiência descartável.

Gabriel-Uriel era um marrano. Nascido em um família de cristãos-novos, sua formação dá-se na religião cristã, a ponto de ele ser preparado para uma carreira eclesiástica, que acaba por não se consolidar devido ao acirramento das pressões religiosas. Sua reação ao que se encaminhava para ser um infeliz desfecho de um sonho acalentado por seu pai, Bento da Costa Brandão, é, primeiramente, de incompreensão, seguida de uma revolta que pode estar na base de sua conversão ao judaísmo. Morto o pai de Gabriel-Uriel, a família, até a altura confortavelmente instalada no Porto, vê-se em dificuldades financeiras, optando pela mudança para Amsterdã.

Neste ponto da história dá-se a lacuna historiográfica na qual investe Agustina. O resultado da investida é o redimensionamento da imagem “histórica”

de Gabriel-Uriel. Enquanto a imagem histórica apresenta o personagem a partir da perspectiva do que atrás chamei de bipolaridade, a imagem que interessa a Agustina construir é a do homem que, sucessivamente mudando de crença, acumula uma experiência que, baseada na diversidade mais conflituosa, menos unívoca, acaba por ser sua identidade. Em outras palavras, se para as fontes histórico-filosóficas trata-se de associar Uriel com o que não é, com aquilo que não se define, que não pertence, a quem, portanto, resta inscrever no limbo, o entre-lugar por natureza, Agustina trata de indicar que por mais indefinido que seja, o entre-lugar é ainda um lugar. Vamos, então, à lacuna.

Segundo as fontes documentais, para a Inquisição, a princípio, a transferência era índice de que a família judaizara, o que provocou a prisão de uma irmã de Uriel que, com seu marido, ficara em Portugal. Ouvidos os vizinhos, que deram testemunho do “irrepreensível catolicismo” dos Costa Brandão, o Santo Ofício decidiu aceitar a justificativa econômica e encerrou o assunto. Agustina, diante da precariedade das informações documentais, reconstrói o episódio assumindo a transferência para Amsterdã como uma fuga cujo motivo não era outro senão a volta à religião judaica.

A opção da autora por explorar uma versão alternativa ao registro oficial é um importante instrumento no processo de problematização das noções de identidade individual e coletiva que ela instaura em *Um bicho da terra*. Caracterizando Gabriel como um cristão terrivelmente escrupuloso, cheio de dramas de consciência, ela dá a medida do choque que a reviravolta representa para o protagonista.

No que dava muitíssimo trabalho aos confessores era com as crises de escrúpulos, verdadeiro labirinto de tormentos em que dia e noite se perdia. Bebia um copo de água meia hora antes de comungar, e sofria horríveis ameaças da consciência. (...) Os pregadores (...) deixavam-no petrificado com os elegantes, sádicos, horrendos discursos em que as almas eram submetidas a torturas ferozes em caldeiras de pez e azeite a ferver, em banhos de chumbo derretido. Outros diziam só: “O inferno é a privação da Graça”. E então Gabriel caía num terror mais angustioso ainda, essa falta de consolo e provimento da paz humana. Sentia-se desprezado, inútil, desviado da harmonia do mundo.⁵

5 BESSA-LUÍS, op. cit., p. 56.

No romance, o leitor acompanha a mudança no tratamento reservado pelas autoridades portuguesas aos marranos, que vêm confiscados não apenas seus privilégios sociais mas sua fé, o cerne de sua identidade.

A influência e até a fascinação que [os padres da Companhia de Jesus] exerciam em Gabriel foi inalterável, e, até 1608, quando ele se matriculou para as últimas cadeiras de Cânones, tudo se passou com facilidade e contentamento. Gabriel tinha promessas de, com os decretos aprovados da próxima Congregação Geral, poder entrar na Companhia. Faziam falta portugueses de boa índole e mente clara (...). Mas a sexta Congregação Geral foi decepcionante. Embora atenuando o decreto da Congregação anterior, que fechava aos cristãos-novos as portas da Companhia, promulgou que até à quinta geração a marca de origem não pudesse ser ignorada. Gabriel sentiu profundamente a injúria e abandonou os estudos.⁶

Com a prisão pelo Santo Ofício de António Homem – um jesuíta proeminente, confessor do protagonista – a situação agrava-se. Gabriel é agora uma criatura perdida. Um cristão a quem se recusa a identidade cristã. Depois de muito sofrimento, ele acaba por aceitar a fuga e a conversão, chega mesmo a propô-las, porque percebe que a sua terra não é mais sua. Mas, enquanto prepara-se para partir, é com a volta para casa que ele se ocupa. Diz o narrador: “É de crer que Gabriel da Costa, dado seu temperamento agitado, saísse do Porto, não tanto por medo como por rebelião e altivez natural; (...) não perderia nunca o contacto com os jesuítas e estes lhe inculciam a ideia de regressar e sobretudo regressar em grande estilo para o país e para a corte.”⁷

Entretanto, por maior que seja a esperança da volta, que se mistura com a certeza de que partir é a melhor solução, num dar as costas altivo às circunstâncias desfavoráveis, nada apaga a sensação de que é o exílio o destino dessa família:

Era então verdade que se acabava a terra pátria, como quem acaba um fruto, cujo caroço se deita fora; mas que contém ainda uma promessa de nova colheita e floração diferente. Por que fugiam

6 Ibid., p. 26.

7 Ibid., p. 78.

do seu pequeno paço da Rua de S. Miguel (...)? É certo que um súbito terror invadira a família, e também intervinha na razão da fuga um plano financeiro de grande envergadura. Mas não era só isso. Algo se deteriorava no interior do coração residente e prático (...).⁸

Depois de passarem pela Alemanha, o fato é que os Costa Brandão integram-se por completo à comunidade judaica de Amsterdã. Só Uriel guarda a inquietação que acompanhava o grupo quando da fuga do Porto. Os mesmos escrúpulos que atormentavam sua vida de cristão passam a atormentá-lo em sua vivência do judaísmo. Em crise profunda com o dogmatismo que encontra entre os rabis, para o protagonista o problema deixa de ser a assunção de uma fê e sua prática: é preciso desvelar a verdade, reconhecer aquilo que, na transcendência, é efetivamente transcendente, e não produto do discurso humano. Gabriel-Uriel transfere sua atenção para a natureza da transcendência, e a conclusão a que chega tem o poder de desagradar judeus e cristãos: “O homem não tinha qualquer ideia de Deus, e a Bíblia não passava de um recitativo desordenado e delirante, e os seus comentadores e os seus intérpretes excedem toda a ênfase ao atribuírem segredos profundos à natureza poética e densa dos textos sagrados”.⁹

Expulso do cristianismo por não ter sangue suficientemente cristão, ao por em questão as tradições rabínicas começa a afastar-se também do judaísmo. Passando de religião a religião, o ponto de chegada de Gabriel-Uriel é a certeza, que ele afirma com todo vigor em sua autobiografia, de que a verdade não está em nenhum deus, mas na natureza.

E já que aqui chegámos, convém insistir um pouco, não calando completamente a glória desta Lei primitiva. Esta Lei, digo-a comum e inata a todos os homens, simplesmente porque são homens. É ela que liga todos os humanos pelo amor, estranha às dissensões que são a origem e a causa de todos os ódios e dos maiores males. É ela que ensina a vida honesta, que vai discernir o justo do injusto, o feio do belo. O melhor da Lei de Moisés, ou de qualquer outra, é justamente na Lei natural que está compreendido. E pouco que nos afastemos desta norma da natureza, logo a disputa começa, seguindo-se a dissensão das

8 Ibid., p. 98.

9 Ibid., p. 266.

almas. Acabou-se com a paz. (...) Quanto mais grato não seria se os mortais se tivessem sempre mantido nos limites da natureza (...). E que direi dos terrores e das angústias atrozes em que a maldade de uns tem precipitado a outros, e de que todos poderíamos estar livres se escutássemos a voz da natureza que ignora tais malefícios! Por quantos se contam os que desesperam de sua salvação? Quantos são os que sofrem o martírio, vítimas das opiniões diferentes?¹⁰

Seu percurso desvela para ele e para os atentos leitores de sua história que ao menos uma igualdade pode haver entre o cristianismo e o judaísmo entre os quais ele foi jogado. Ela responde pelos nomes de intolerância e dogmatismo. A história de Gabriel-Uriel é a história de alguém que menosprezou a constrição em sua busca pela verdade que efetivamente libertasse.

No fim da vida, o Uriel que conhecemos através de Agustina recebe a visita de dois cristãos que, tencionando converterem-se ao judaísmo, procuram o conselho do sábio excomungado. Entre as considerações que ouvem está a que se segue.

Tenho receio de pôr muita força nas minhas convicções, porque a força é mais sinal de que as coisas são falsas e não verdadeiras. Não são precisas senão palavras para convencer os outros e a nós próprios. Mas a verdade não se conquista com palavras. (...) Eu contágio pela futilidade que há nas palavras. Dizemos com elas as coisas mais contrárias, e sempre há alguém que se contagia e aplaude. A verdade não contagia; ela não tem trajectória, ela é um estado primitivo e, quando parece que a ensinamos ou aprendemos, ela já lá estava em condições muito simples de ser usada.¹¹

O conforto de saber que Uriel chegou a experimentar esse estado primitivo da verdade que ele tão limpidamente caracteriza na conversa com os visitantes, não nos dá a narrativa. O desfecho de *Um bicho da terra* leva o selo da ironia, que a criada de Gabriel reconhece em seus lábios sem vida. A ironia, irmã da

10 COSTA, Uriel da. Exemplo da vida humana. In: _____. *Exame das tradições farisaicas*. Braga: Edições APPACDM, 1995. p. 582-583.

11 BESSA-LUÍS, op. cit., p. 294-295.

ambigüidade, reúne o que, nos caminhos de direção única, nunca poderia ser reunido. Mesmo que não tenha conhecido a verdade por dentro, essa verdade livre do discurso que segrega e destrói, o Uriel de Agustina tem a chance de, munido da ironia, neutralizar as oposições que o cercaram. Ironicamente, então, a imagem final que dele se apresenta não é a do cristão, nem é a do judeu, é a de um homem, um ser humano. Ainda assim, ou por isso mesmo, algo nos escapa: “Gabriel da Costa (...) está sujeito a tantas emendas e retoques, que o tornam decerto irreconhecível na sua época e na sua história verdadeira. Seja por amor de Deus, o artifício das luzes que tenta substituir-se à claridade dos anjos”.¹²

¹² Ibid., p. 37.

RESUMO

Este artigo focaliza a imagem do personagem histórico Uriel da Costa, tal como se apresenta na narrativa *Um bicho da terra*, da escritora portuguesa Agustina Bessa-Luís. A composição dessa imagem e a idéia de conhecer o outro através do discurso são alguns dos elementos abordados aqui.

Palavras-chave: *Um bicho da terra, Agustina Bessa-Luís, Uriel da Costa, literatura portuguesa.*

ABSTRACT

This article discusses Uriel da Costa's image as it is presented in *Um bicho da terra*, a novel written by the Portuguese writer Agustina Bessa-Luís. The composition of this image and the notion of coming to know another person are some of points discussed here.

Key-words: *Um bicho da terra, Agustina Bessa-Luís, Uriel da Costa, Portuguese literature.*

REFERÊNCIAS

BESSA-LUÍS, Agustina. *Um bicho da terra*. Lisboa: Guimarães Editores, 1984.

COSTA, Uriel da. *Exame das tradições farisaicas*. Braga: APPACDM Distrital de Braga, 1995.

SCLIAR, Moacir. *Judaísmo*. Dispersão e unidade. São Paulo: Ática, 1994.